



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011576-65.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Laisla Steffany dos Santos e outro**
 Requerido: **Claro S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Dispensado o relatório. Decido.

A preliminar de ilegitimidade ativa de J. Rinaldo dos Santos Transportes – ME confunde-se com o mérito e nessa sede será apreciada.

Sustenta a autora que o seu aparelho Livre da Embratel quebrou e, por tal razão, adquiriu um segundo aparelho, em fevereiro de 2015.

A compra do segundo aparelho está comprovada na fatura de do cartão de crédito da autora, fls. 19, de modo que é lícito presumir, por regras de experiência, que efetivamente a autora necessitava do aparelho a partir daí

Ocorre que, segundo a autora, o aparelho jamais lhe foi encaminhado, e essa conclusão se impõe porque, além de não contrariada de modo seguro em resposta, a ré não produziu prova da remessa do produto à autora, e a testemunha ouvida em juízo confirmou que realizou diversos telefonemas para a linha correspondente, sem qualquer êxito.

Tem-se, portanto, que a partir de fevereiro de 2015 a autora está sem o aparelho e sem a linha que dele depende, razão pela qual, de pronto, afirma-se a procedência do pedido de condenação da ré ao reembolso das faturas pagas a partir de fevereiro de 2015.

O pedido de condenação da ré ao cumprimento da sua obrigação, com a entrega do aparelho e prestação do serviço correspondente à linha contratada, também deve ser acolhido.

Com efeito, trata-se de simples pedido de cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas.

A ré alega, em resposta, que "não comercializa mais o aparelho denominado Claro Fixo" e que a autora deveria migrar para o "Claro Fone".

Ocorre que não se produziu qualquer prova dessa alegação. Cabia à ré comprovar a impossibilidade de cumprimento da obrigação de fazer. Não o tendo feito, presume-se a possibilidade e, ante o descumprimento persistente da ordem judicial, o limite de R\$ 3.000,00 fixado às fls. 42/43 para as astreintes fica majorado para R\$ 10.000,00.

Por outro lado, não se tratando a obrigação de fazer exigida da ré de providência personalíssima e em relação a qual a autora não possa encontrar serviços equivalentes no mercado, fica estabelecido que, pagos os R\$ 10.000,00 pela ré, esse montante servirá ainda como perdas e danos, liberando-se, a partir daí, a ré da obrigação contratual.

Sobre o dano moral, pressupõe este a lesão a bem jurídico não-patrimonial (não conversível em pecúnia) e, especialmente, a um direito da personalidade (GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo Curso de Direito Civil. Responsabilidade Civil. 1ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2012. p. 55; DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Responsabilidade Civil. 19ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2012. p. 84; GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil. 8ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2013. p. 359), como a integridade física, a integridade psíquica, a privacidade, a honra e, atuando aqui como conceito central, a dignidade humana (art. 1º, III, CF).

A personalidade tem um aspecto pessoal e um aspecto social, por isso correta a lição doutrinária segundo a qual a ofensa poderá lesionar, de um lado, a valoração do próprio indivíduo sobre si (“esfera da subjetividade”), ou, de outro, a valoração da sociedade sobre o indivíduo (“o plano valorativo da pessoa na sociedade”) (BITTAR, Carlos Alberto. Reparação civil por danos morais. 4ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2015. p. 45).

Todavia, não basta a lesão a bem jurídico não patrimonial. O dano moral é a dor física ou moral que pode ou não constituir efeito dessa lesão. Concordamos, aqui, com o ilustre doutrinador YUSSEF CAHALI: “dano moral, portanto, é a dor resultante da violação de um bem juridicamente tutelado, sem repercussão patrimonial. Seja dor física – dor-sensação, como a denomina Carpenter – nascida de uma lesão material; seja a dor moral – dor-sentimento, de causa imaterial.” (in Dano moral. 4ª Edição. RT. São Paulo: 2011. pp. 28).

A distinção entre a simples lesão ao direito não patrimonial e o dano moral como efeito acidental e não necessário daquela é importantíssima. Explica, em realidade, porque o aborrecimento ou desconforto - ainda que tenha havido alguma lesão a direito da personalidade - não caracteriza dano moral caso não se identifique, segundo parâmetros de razoabilidade e considerado o homem médio, dor física ou dor moral.

O critério é seguido pela jurisprudência, segundo a qual somente configura dano moral “aquela agressão que exacerba a naturalidade dos fatos da vida, causando fundadas aflições ou angústias no espírito de quem ela se dirige” (STJ, REsp 215.666/RJ, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, j. 21/06/2001).

Não configura dano moral, por exemplo, o simples inadimplemento contratual (REsp 803.950/RJ, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, j. 20/05/2010; EDcl no REsp 1243813/PR, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, j. 28/06/2011).

No caso em tela, no que diz respeito à autora Laisla Steffany dos Santos, estamos diante de hipótese de simples inadimplemento contratual, não se falando em danos morais indenizáveis.

Quanto a J. Rinaldo dos Santos Transportes – ME, considero que não foi comprovado satisfatoriamente o abalo à imagem da empresa no mercado, porque não restou a empresa impossibilidade de fazer contato e receber telefonemas, ante a utilização também de um aparelho celular para suas atividades, conforme anúncio de fls. 37.

A situação narrada pela testemunha em relação a si não parece corresponder a algo que tenha se operado no que diz respeito a toda a clientela ou possível clientela desse autor, portanto, não a um abalo efetivo de sua imagem ou honra objetiva.

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação para condenar a CLARO S/A a (a) restituir todos os valores comprovadamente pagos desde a fatura vencida em fevereiro.2015 até o momento em que o aparelho for entregue e o serviço novamente prestado, com atualização monetária pela tabela do TJSP desde cada desembolso e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação (b) confirmada a liminar, entregar o aparelho relativo à linha (16) 3116-1663 de modo a possibilitar o uso da linha contratada, sob pena de multa diária de R\$ 100,00, observado o limite de R\$ 10.000,00, sendo que o pagamento desse montante de R\$ 10.000,00 substitui a obrigação de fazer e as perdas e danos.

No caso de se exigir o pagamento das astreintes, observo a atualização monetária dá-se sobre cada multa, dia a dia, desde a respectiva incidência, enquanto que os juros moratórios, somente incidem a partir da intimação do devedor para o pagamento das astreintes acumuladas, consoante precedente a seguir: “Os juros sobre a verba honorária de sucumbência e sobre a multa



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

[*astreintes*] somente incidem após a intimação do executado para pagamento" (TJSP, Rel. Marino Neto, 11ª Câmara de Direito Privado, j. 29/09/2015).

Sem verbas sucumbenciais, no juizado.

P.I.

São Carlos, 14 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**